

NOME: GEISIANE RODRIGUES DOS SANTOS

TÍTULO: ATENÇÃO PSICOLÓGICA NO ENSINO SUPERIOR DA UEMG FRUTAL

AUTORES: GEISIANE RODRIGUES DOS SANTOS, IZABEL CRISTINA TACELI, GEISIANE RODRIGUES DOS SANTOS, KARLA COLMANETTI TEIXEIRA, LÍVIA DUTRA SILVA, SANDRA OLIVEIRA GARCIA

PALAVRA CHAVE: PESSOA COM DEFICIÊNCIA; INCLUSÃO; ENSINO SUPERIOR.

RESUMO

Este resumo versa sobre a atenção psicológica voltada para as pessoas com distintas deficiências com o intuito de se sentirem incluídas no contexto universitário que originou a partir de um projeto extensionista, que vem sendo desenvolvido por um grupo de pesquisadores, composto por professores, alunos de graduação e egressos. Na contemporaneidade são muitas as situações inclusivas e no contexto da universidade não poderia ficar alheio a inúmeras mudanças no Brasil e no mundo. Observam-se as constantes indagações discutidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada na Convenção da ONU (2010) e, posteriormente na Legislação Brasileira (2010, p.11) que estabelece o respeito "a diversidade das pessoas com deficiência". Portanto incluir é atender as mudanças constantes de hoje e inserir atividades inovadoras em consonância com todos os sujeitos envolvidos no processo inclusivo, que se revela em um novo papel das instituições de Ensino Superior. O objetivo é propor atenção psicológica aos portadores de deficiência mental e física, na Universidade do Estado de Minas Gerais, na unidade de Frutal, na busca de encontrar as devidas soluções acerca da problemática, e assim, priorizando um atendimento humanizando. Para isto, a metodologia utilizada inicialmente foram as contribuições teóricas da abordagem psicanalítica de Freud (1996) e Lacan (2003). Por meio de um questionário foram evidenciadas as dificuldades e posteriormente, construiu coletivamente um diagnóstico situacional, em relação às atuais condições de inclusão apontadas pelos participantes. No presente questionário coletou os dados relativos a cada problemática, identificando a(s) área(s) de maior(es) dificuldade(s), de ordem profissional, pedagógica, afetivo-relacional e/ou social. Notou-se como resultados parciais que as particularidades de cada participante dependem da problemática apresentada, observando que alguns casos, necessitam de atenção diferenciada. Tal proposta faz referência a diversas situações de modo a contribuir para o desenvolvimento e adaptação acadêmica do aluno, visando à utilização mais eficiente de recursos intelectuais, psíquicos e relacionais, numa visão integrada dos aspectos emocionais e pedagógicos. Portanto qual for à demanda, a instituição precisa estar atenta para um viés inclusivo e não ao contrário. Diante do exposto há indícios de que a atenção psicológica, precisa envolver uma escuta acolhedora diante das dificuldades apresentadas constantemente pelas pessoas com deficiência. Em vista disso, posteriormente, se torna necessário sensibilizar a comunidade em relação à temática da inclusão, sem preconcebê-la como complexa e delicada, mas sim como fruto da solidariedade natural do ser humano, entendendo que a educação inclusiva, é sim, um processo contínuo e coletivo, que leve a reflexão que alicerça a prática e conceitos relevantes de inclusão, da igualdade e diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CENSO, Cartilha do, 2010. Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em 12/05/2017.

FREUD, S. (1940 [1938]) Esboço de psicanálise. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACAN, J. (1967 [2003]) Da psicanálise em suas relações com a realidade. In: J. Lacan, Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MINAS GERAIS [ESTADO]. Constituição do Estado de Minas Gerais. Atualizada. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.pdf>. Acesso em: 03/10/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-pessoas-com-deficiencia.pdf>

SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Plantão psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estud. psicol. (Campinas)* [online]. 2004, vol. 21, n.3, p.173-192, 2004.

ISSN 1982-0275. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300003>. Acesso em 20/02/2017.